

Recebido em: 24/10/2024

Aceito em: 18/11/2024

DOI: <https://doi.org/10.56242/revistaveredas.2024.7.14.53-67>

A pré-história de Seignobos: análise por meio do *compendio de historia da civilização*¹

Seignobos' prehistory: analysis through the compendium of the history of civilization

Luis Ernesto Barnabé²

Jéssica Andrade³

Resumo: Esta pesquisa busca compreender a presença e usos da História Antiga no âmbito escolar brasileiro do fim do século XIX e início do século XX, dando enfoque na implementação do recente conceito de pré-história, que ganhava cada vez mais espaço nos debates acadêmicos e obras oitocentistas, inclusive nos compêndios escolares. A análise recai sobre o *Compendio de Historia da Civilização*, de Charles Seignobos, publicado no Brasil pela Francisco Alves a partir de duas frentes: a) mapeamento da circulação por meio de anúncios na imprensa; b) a escrita da pré-história presente, problematizando seu impacto na cronologia e sentido da história humana.

Palavras-chave: Pré-História; Livro didático; História antiga escolar .

Abstract: This research seeks to understand the presence and uses of Ancient History in Brazilian schools at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, focusing on the application of the emerging concept of prehistory, which was increasingly gaining prominence in academic debates and 19th-century works, including educational textbooks. The analysis centers on Charles Seignobos's *Compendio de Historia da Civilização*, published in Brazil by Francisco Alves, from two main methods: a) mapping its circulation through press advertisements; b) examining the writing of prehistory present in the text, addressing its impact on the chronology and meaning of human history.

Keywords: Prehistory; Textbook; School ancient history.

¹ Civilização, grafado com “s” como na obra original a que o texto se refere.

² Professor adjunto da Universidade Estadual do Norte do Paraná, com atuação no curso de História e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd), Mestrado Profissional em Educação Básica, da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Possui graduação em História (2002), mestrado (2006) e doutorado (2019) em História pela Universidade Estadual Paulista.

³ Graduada em História pela UENP, mestranda em Educação do programa de pós-graduação em Educação Básica PPEd da mesma Universidade, professora de História do Ensino Médio na rede privada e no Centro Paula Souza (CEETEPS-CPS) / ETEC Jacinto F. De Sá.

Introdução

Os anos de 1800 apresentam intensas transformações, tanto sociais (como, por exemplo, a formação dos Estados nacionais) quanto econômicas e tecnológicas (decorrentes da Revolução Industrial), culminando em diferenças consideráveis entre suas décadas iniciais e finais. Em aspectos historiográficos, a profissionalização do historiador foi acompanhada pelo desenvolvimento de métodos de crítica documental e intensa especialização, principalmente no campo da História Antiga, com a sedimentação de três áreas de pesquisa: Roma, Grécia e Oriente, (Guarinello, 2010) que desencadearam o processo conhecido como Orientalismo (Said, 2013).

Justamente sob esse contexto histórico, ocorre o processo que lentamente demarca fronteiras entre o saber histórico profissional, produzido nas universidades, e o saber histórico escolar, que aos poucos adquire características parecidas com o nosso presente, principalmente com a criação do ensino secundário e a concepção de um curso de História⁴ (tanto no sentido disciplinar, quanto em termos de metanarrativa).

Em terras nacionais, desde a independência, houve iniciativas para a reforma do ensino e a implementação de técnicas pedagógicas que se espelhavam em países “modelos” (tais como a França), o que acabou resultando em uma geração letrada de brasileiros (Sevcenko, 2003). Tais mudanças são percebidas, por exemplo, na criação do Imperial Colégio de Pedro II (ICPII) e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, e nos ideais de civilização via progresso científico a partir dos anos 1870. Essa elite intelectual, que buscava suas referências no exterior, procurava também conquistar certa independência e constituir uma identidade nacional e memória social coletiva semelhante às nações consideradas “civilizadas”. Essa memória deveria ser também amparada na inteligibilidade que compreende a Antiguidade como nossa primeira História (Guarinello, 2013).

É nesse cenário, às vésperas da República, que identificamos a chegada do *Compendio Historia da Civilização*, de Charles Seignobos, ao Brasil, por

⁴ Sobre a História das disciplinas escolares, cf. Chervel (1990); especificamente sobre história do ensino de história, cf. Bruter (2005, 2010).

se tratar de um nome consolidado nos debates historiográficos sob a III República Francesa. Segundo Gasparello (2011, p. 107), o fato de as obras de Seignobos serem lidas e referenciadas por professores e autores de livros didáticos brasileiros, “confere relevância para o campo de estudos dos processos de circulação, apropriação e de construção de saberes escolares daquele período no Brasil”.

A contribuição que Seignobos proporcionou para o ensino de história foi um dos grandes motivos pelos quais escolhemos nos aprofundar em sua figura e o impacto das suas obras em território nacional. O autor, nascido na França em 1854, construiu sua respeitável carreira como autor de obras constituídas com o rigor metodológico das fontes proporcionado pela Escola Metódica, da qual fazia parte. Enquanto docente, usou sua experiência em sala de aula para desenvolver metodologias para o ensino de História, e, por consequência, contribuiu para sua consolidação por meio da ciência e não mais com o senso de moralidade que remete aos colégios jesuíticos do Antigo Regime. Entre muitas outras obras, sua produção voltada para o ensino inclui, além do *Compendio de Historia da Civilização*, sua famosa parceria com Victor Langlois: *Introdução aos Estudos Históricos* (1898).

Para a presente análise, utilizamos duas edições do *Compendio de Historia da Civilização: dos tempos mais remotos até a actualidade*, de 1910 e 1914, publicadas pela Livraria Alves – Bertrand e traduzidas por A. Cohen. Utilizamos também o *Abrégé de l’histoire de la civilisation depuis les temps les plus reculés jusqu’à nos jours*, de 1887, e também *Histoire de la Civilisation – Dans l’antiquité Jusqu’au Temps de Charlemagne*, de 1905, ambos publicados pela editora francesa G. Masson.

Mapeamento e circulação

Em varredura realizada na *Base Emmanuelle*, banco de dados pertencente à *Bibliothèque Diderot* de Lyon⁵, encontramos informações que indicam a primeira publicação do compêndio no ano de 1885. Seus subtítulos variam, assim como o número de páginas. Ao todo, identificamos mais de sete varia-

⁵ Disponível em: <http://emmanuelle.bibliotheque-diderot.fr/web/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ções da obra. Em 1887, é publicado o *Abrégé de l'histoire de la civilisation depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours*, que denota uma versão resumida do manual. Cotejando os exemplares, identificamos essa edição como a escolhida para a tradução empreendida por Francisco Alves, que à época havia se tornado um dos maiores livreiros do País, adquirindo, inclusive, a editora Bertrand no exterior (Bragança, 2004).

Os chamados *abrégés* (compêndios) surgem quando, em 1830, o Estado francês, por meio do Ministério de Instrução Pública, passa a estimular o comércio de manuais escolares. Esse movimento proporcionou, além de significativa redução léxica do conteúdo, a necessidade de uma nomenclatura diferenciada (Barnabé, 2019; Choppin, 2009). Há, inclusive, uma nota dos editores nas páginas iniciais do *Compendio de História da Civilização* (nas versões francesas e traduzidas) justificando a publicação desse resumo em razão da boa recepção dos professores e seu bom funcionamento em sala de aula.

No que se refere à circulação do manual em território nacional, foi possível observar o movimento que o compêndio fez durante os anos consultados (1880-1940), por meio de anúncios de jornais disponíveis na base de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital⁶.

Seu primeiro indício de oferta de venda no Brasil se dá em julho de 1889, anunciado pela Livraria Popular de Luiz de Magalhães (*O Globo: Jornal Diário*, 1889), no Maranhão. No mesmo ano, aparece no Rio Grande do Sul pela Livraria Mazon (A *Federação: Orgam do Partido Republicano*, 1937). Em 1892, na Livraria Bittencourt, no Pará (*Diário de Notícias do Pará*, 1892), e novamente nessa província, em 1915 (*Estado do Pará: Propriedade de uma Associação Anonyma*, s.d.).

Suas vendas seguem no Rio de Janeiro (província que demonstra o maior número de ocorrências) em 1893, na Livraria Central do Cunha (*Gazeta de Notícias*, 1875), em 1914, na Livraria João Martins de Ribeiro (*Jornal do Commercio*, 1896), em 1922, em um leilão de obras (*Gazeta de Notícias*, 1879) e na satírica revista *O Malho* (1953), a pedido da Livraria Alves, em 1924. No Recife, aparece uma única vez no ano de 1894 (*Jornal do Recife*,

⁶ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ed. 0187), assim como no Rio Grande do Norte, em 1931 (*A Ordem*, 1976), como citação.

Na figura 1, um exemplo de como geralmente se davam os anúncios:

Figura 1 – Anúncio do Compêndio de Seignobos



Fonte: *Jornal do Recife*, 1894, edição 0187, p. 3.

A respeito de sua adoção em instituições de ensino, apontamos o Externato do Gymnasio Mineiro (*Orgam Official dos Poderes do Estado*, ed. 00074), no ano de 1895, o Gynazio Amazonense (*Diario Official*, 1889), o Lyceo de Nitheroy, em 1896 (*Jornal do Commercio*, 1896), o Grupo Escolar do Rio de Janeiro, em 1913 (*O Paiz*, 1913) e, por fim, o Gymnasio Espirito Santense (*Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor*, 1916), em 1916. Segundo Circe Bittencourt (2008, p. 120), o Ginásio Nacional (antigo Imperial Colégio de Pedro II) o adotou, em 1901.

O compêndio ainda foi citado diversas vezes em revistas que o indicavam como leitura complementar ao estudo de História. Dentre elas, destacamos a *Revista Pedagógica* (1891, ed. 0002). Iniciativa do Museu Escolar do Rio de Janeiro, ou *Pedagogium*⁷, ela pretendia divulgar métodos de ensino

⁷ O Museu Escolar do Rio de Janeiro, também chamado de *Pedagogium*, foi criado em 1890 a partir do Decreto nº 980, de Benjamin Constant, à frente do ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Inspirado em modelos europeus pré-existent, destaca-se, dentre outros objetivos, a tarefa de levar as novas teorias e métodos de ensino aos professores da escola primária através da *Revista Pedagógica* (DURAES, 2013, p. 127-128).

aperfeiçoados dentro e fora do País (Duaraes, 2013). Nessa edição, o manual de Seignobos é sugerido tanto para o uso em sala de aula quanto para consulta docente.

A escrita da pré-história

Com a criação da escola secundária, enquanto projeto de Nação em diversas partes do mundo, verifica-se, como mencionado acima, dualidade entre o curso de História, disciplinar, e o curso da História metanarrativa, que se materializa na escrita da História escolar. Com isso, queremos dizer que à organização do passado, a partir de formas, como a tradicional divisão quadripartite, a ser distribuída em série pelos anos cursados pelo estudante, deve-se incluir a inteligibilidade da chamada História Universal, a saber, aquele esforço empreendido a partir de Eusébio de Cesaréia em constituir um sentido histórico por meio da fusão das tradições greco-romanas com as judaico-cristãs (Vidal-Naquet, 2002), que, embora colapsada no âmbito acadêmico no século XIX, persistia ainda no âmbito escolar (Barnabé, 2019; Guerra; Barnabé, 2022). Isso é evidente para o caso brasileiro, quando se observa que todos os compêndios de História Antiga, até os anos de 1880, listados como prescritos pelo colégio por Vechia e Lorenz (1998), na coletânea *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*, iniciavam a narrativa da história humana a partir da criação bíblica.

Além disso, como observado por José Petrúcio de Farias Júnior (2020), o próprio Imperial Colégio de Pedro II incluía a História Sagrada em seu currículo nos anos iniciais, ainda que esse termo tenha ganhado força após a divisão da História proposta por Victor Duruy (1868), e posteriormente por Pedro Parley (1869) em seus manuais.

Rompendo com essa tradição, Seignobos opta por iniciar o *Compendio de História da Civilização* tratando das *Idades Prehistoricas*. A iniciativa do autor em desconsiderar o Criacionismo está atrelada às descobertas arqueológicas que estavam ocorrendo na Europa durante o século XIX. Brian Fagan (2018) aponta essas descobertas europeias e mediterrâneas como grandes triunfos da pesquisa, acarretando uma nova noção de temporalidade, que até

então atribuía 6 mil anos à existência humana, seguindo datações como a do bispo de Usher.

Nesse sentido, houve duas grandes ondas arqueológicas na Europa: a primeira, na Dinamarca, e a segunda, na França e Inglaterra. Os dinamarqueses se tornaram precursores desse movimento de estudos, possuindo grandes coleções de objetos e procurando atribuir significado a eles. Incentivados, principalmente por um patriotismo e vínculo com os antigos habitantes do país (Fagan, 2018, p. 68-69), contribuem significativamente para sua cientificidade.

Dentre importantes figuras, destacam-se Jurgensen Thomsen (1788-1865) e Jens Worsaae (1821-1885). Thomsen proporciona o conceito de datação relativa e o Sistema das Três Idades, tornando-se essa uma das contribuições mais importantes à época, uma vez que seria utilizada como ferramenta padrão para os demais estudos prestes a acontecer. Worsaae, por sua vez, atua diretamente nas escavações de sítios e no desenvolvimento de metodologias para fazê-lo. Seus trabalhos em campo foram imprescindíveis na medida em que serviram para confirmar que as três idades de Thomsen estavam corretas (Fagan, 2018).

A segunda onda concentra-se nos dois polos de desenvolvimento, França e Inglaterra. Esses dois países não se demonstram dispostos a considerar as contribuições dinamarquesas a princípio, adotando uma atitude conservadora que prejudicou a evolução desses estudos até meados de 1850 (Trigger, 2004). Concentrando-se na antiguidade da humanidade, franceses e ingleses dedicaram-se, então, à arqueologia paleolítica.

Nesse cenário, essas descobertas somam-se às reações da publicação de Charles Darwin, *A Origem das Espécies* (1859), onde o autor sugere o desenvolvimento humano e sua evolução por meio da biologia, algo que seria posteriormente reforçado por John Lubbock. A partir disso, esses estudos permitem a criação de uma inteligibilidade do passado que perpassa os círculos acadêmicos, mas os influenciam, sem dúvida, na maneira de construir uma narrativa histórica e no modo de ensiná-la.

Seignobos, a par dessas descobertas científicas, trata das *Idades Pré-históricas* para explicar a origem humana. É importante ressaltar, contudo, que existem diferenças significativas entre as versões resumidas e a francesa

de 1905, publicada na íntegra. Nas edições intituladas *abrégés*, o espaço dedicado ocupa apenas cinco páginas, enquanto em *Histoire de la Civilisation – Dans L'antiquité Jusqu'au Temps de Charlemagne* são dedicadas 15 páginas, em maior detalhe, portanto, dos conteúdos referentes à Pré-História.

De maneira geral, há discussões acerca de objetos recém-descobertos, a periodização destes, pinturas encontradas em cavernas (que ainda não foram chamadas de rupestres), monumentos megalíticos e promessas de descobertas para o futuro. A todo tempo, Seignobos ressalta que existem descobertas em andamento, mas que o estudo desses objetos não está a cargo da História.

Nas versões resumidas da obra (edições de 1887, 1910 e 1914), o primeiro capítulo é dividido em 5 subtópicos: *Despejos prehistoricos*, *A sua Antiguidade*, *As Cavernas*, *Monumentos Megalithicos* e *A História*. Para cada uma dessas divisões, são abordados esses temas em cerca de um parágrafo. Sobre os *despojos prehistoricos*, Seignobos afirma: “são armas, utensílios, esqueletos humanos, em suma, vestígios diversos da existência de homens acerca dos quais nada sabemos” (Seignobos, 1914, p. 7). No tópico seguinte, o autor discute acerca dos sítios arqueológicos e a situação em que esses mesmos objetos se encontram: soterrados. Para ele, significa a confirmação de que lá estão por muito tempo.

As cavernas e os monumentos megalíticos que Seignobos trata a seguir estão localizados na França e na Inglaterra. Salientamos novamente a ação editorial: como as obras traduzidas por A. Cohen são destinadas ao público português, além de várias notas de rodapé indicando estudos realizados em Portugal, no tópico 3, *As Cavernas*, há outra intervenção do editor ou do tradutor: “[...] e em Portugal as do Cabeço d’Arruda e da Cesare-da” (Seignobos, 1914, p. 8).

No quinto e último tópico, *A Historia*, Seignobos traz reflexões importantes acerca de sua periodização: “A história só começa realmente no momento em que há narrações *authenticas*, isto é, escritas por homens bem informados. Este momento não é o mesmo para todas as nações” (Seignobos, 1914, p. 11). Por meio dessa fala, o autor reforça a afirmativa a respeito dos despojos: “chamam-se *prehistoricos* porque precederam a história” (p. 7), e, em decorrência de seu olhar positivista, confirma que a História passa a existir so-

mente quando há produções escritas de homens com intelecto significativo para narrá-la, considerando as sociedades ágrafas e o tudo o que as constitui como um momento anterior. Expõe desse modo a metanarrativa histórica iniciada com os sumérios, que implicitamente desemboca no ocidente industrializado do século XIX, e considera a-históricos os humanos que não se enquadram nesse fio.

Na edição *Histoire de la Civilisation – Dans L'antiquité Jusqu'au Temps de Charlemagne*, as diferenças encontradas são significativas. Além de possuir um espaço três vezes maior que as edições resumidas, os autores consultados por Seignobos para a escrita do capítulo são mencionados: Lubbock, Lehon, Evans, De Nadaillac e Mortillet. Outrora como leitura presumida, a indicação desses autores reforça a hipótese levantada anteriormente a respeito da circulação das ideias de evolução a partir da biologia nos ambientes acadêmicos e sua influência na produção historiográfica, nesse caso, didática também.

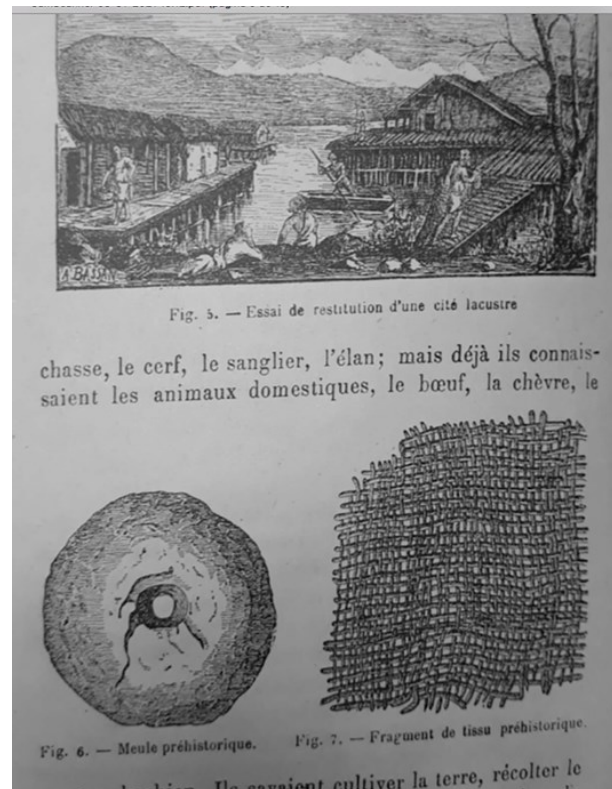
Nessa versão, há uma subdivisão denominada *L'archéologie préhistorique*, na qual se realiza uma discussão semelhante à dos *despojos*, indicando seu aparecimento na Europa, Ásia e África. É interessante ressaltar que, nessa edição, por várias vezes encontramos a palavra Arqueologia, que, diferentemente das demais analisadas, não a citam nominalmente. É nesse momento do texto que Seignobos também aponta museus parisienses e dinamarqueuses como detentores de enormes coleções desses objetos pré-históricos, demonstrando ainda mais relances de seu conhecimento e pesquisa na área.

Nesse capítulo também há um subtópico chamado *Les quatre âges* (as quatro idades), no qual o autor divide a pré-história em quatro períodos e não três, como sugeriu Thomsen. No entanto, acrescenta a seguir: “São chamados assim por causa dos instrumentos que são feitos de pedra, bronze ou ferro. Além disso, esses períodos são muito desiguais; talvez a idade da pedra talhada tenha durado cem vezes mais do que a idade do ferro⁸” (Seignobos, 1905, p. 2-3), demonstrando que, apesar da inclusão de uma idade a mais,

⁸ “On les appelle ainsi à cause des instruments qui sont fabriqués avec de la pierre, du bronze ou du fer. Du rest ces périodes sont très inégales; peut-être l'age de la pierre taillée a-t-il duré cent fois plus que l'age du fer”.

considerava que esses períodos eram irregulares, além de sugerir a seguir que não aconteceram ao mesmo tempo para todos os países.

Figura 2 – Gravuras presentes no capítulo *Les Ages Préhistoriques* em *Histoire de la Civilisation*



Fonte: Seignobos (1905, p. 6).

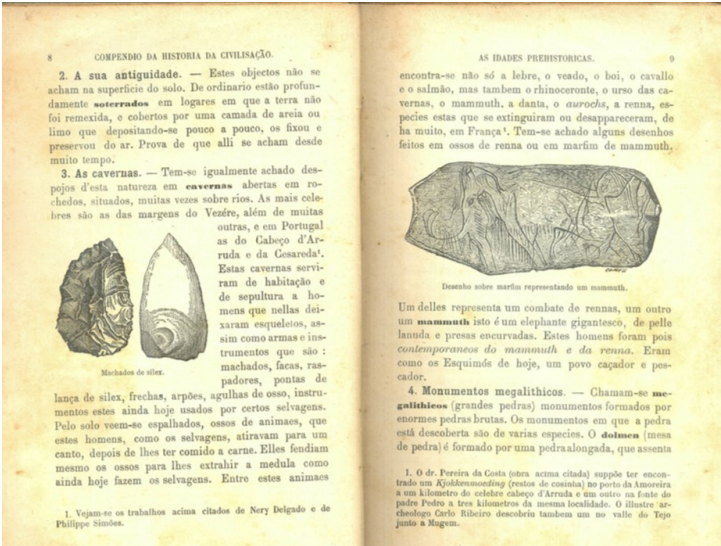
Para Seignobos, esses quatro momentos são chamados de Idade da Pedra Talhada, Idade da Pedra Polida, Idade do Bronze e Idade do Ferro. Para cada uma dessas idades, são dedicadas aproximadamente duas páginas, com a inserção de mais gravuras acerca de armas, túmulos, instrumentos de sílex etc. No tópico Conclusões, e a seguir, em *Comment on doit comprendre les quatre âges* (como devemos entender as quatro idades), ressalta:

Os habitantes do mesmo país utilizaram sucessivamente pedra talhada, pedra polida, bronze e ferro. Mas nem todos os países passaram pela mesma idade ao mesmo tempo. Os egípcios já usavam o ferro, enquanto os gregos ainda usavam o bronze e os bárbaros da

⁹ “Les habitantes d'un même pays ont successivement employé la pierre taillée, la pierre polie, le bronze et le fer. Mais tous les pays n'ont pas traversé en même temps le même âge. Les Égyptiens se servaient déjà du fer tandis que les Grecs en étaient encore au bronze et les barbares du Danemark à la pierre. En Amérique l'âge de la pierre polie n'a fini qu'à l'arrivée des Européens. De nos jours mêmes les sauvages d'Australie en sont restés à l'âge de la pierre taillée;”

Dinamarca na pedra. Na América, a idade da pedra polida não terminou até a chegada dos europeus. Até mesmo os selvagens da Austrália permaneceram na Idade da Pedra hoje (SEIGNOBOS, 1905, p. 13-14).

Figura 3 – Trecho do capítulo *As Idades Prehistoricas*, presente no *Compendio de Historia da Civilização*



Fonte: Seignobos (1914, p. 7-8).

Ainda a respeito das Idades Pré-históricas, Seignobos desenvolve uma discussão interessante no tópico intitulado “Incertezas”:

A Arqueologia é uma ciência jovem. O que sabemos sobre os homens primitivos, alguns destroços preservados ao acaso, encontrados em trincheiras, um deslizamento de terra, uma seca, podem cada dia trazer uma nova descoberta. Quem sabe tudo o que ainda está flutuando? Os objetos encontrados já são incontáveis. Mas raramente fornecem informações sobre o que gostaríamos de saber. Quanto tempo durou cada uma das quatro idades? Quando começou e quando terminou nos vários países do mundo? De que povos vêm os desenhos de cavernas, aldeias lacustres, os túmulos, os monumentos megalíticos? Quando um país passa da pedra polida ao bronze, são as mesmas pessoas que mudam os instrumentos, é um novo povo que chega? Quando acreditamos ter encontrado uma resposta, muitas vezes uma nova descoberta dá aos arqueólogos uma negação. Pensávamos que os menhires eram dos Celtas, e

¹⁰ 'archéologie préhistorique est encore une science toute jeune. Ce que nous savons des hommes primitifs, quelques debris conservés par hasar, nous l'ont appris. Un hasard nouveau, une tranchée, une éboulement, une sécheresse, peut chaque jour amener une découverte nouvelle. Qui sait tout ce qui est encote enfoui? Les objets retrouvés sont innombrables déjà. Mais rarement ils renseignent sur ce que nous vous-drion savoir. Combien de temps a duré chacun des quatre âges? Quand a-t-il commencé et fini les dessins des cavernes, les villages lacustres, les tumuli, les dolmens? Lorsqu'un pays passe de la pierre polie au bronze, est-ce un peuple nouveau qui arrive? – Quand on croit avoir trouvé une réponse, souvent une découverte nouvelle donne un démenti aux archéologues. On pensait que les dolmens venaient des Celtes, voilà qu'on trouve des dolmens em des endroits où les Celtes n'ont pas pu passer.

agora os encontramos em locais que os Celtas não poderiam ter passado¹⁰ (Seignobos, 1905, p. 14).

Nesse excerto, é possível observar a preocupação do autor em incluir suas considerações sobre as descobertas arqueológicas, explicitando, inclusive, o fato de serem extremamente recentes. Assim, demonstra a importância desses estudos e dos objetos descobertos, ressaltando sua preocupação com o rigor metodológico acerca do tratamento dessas fontes e da História que elas permitirão escrever.

Considerações finais

Ainda que o ensino de História tenha se transformado durante o século XIX e adquirido um caráter científico, é possível observar uma permanência dos estudos religiosos que aconteciam nos colégios do Antigo Regime no século XVIII. Uma vez que a Igreja ainda exerce poder considerável em grande parcela da sociedade, a educação busca trazer algum senso de moral aos estudantes, utilizando-se da *historia magistra vitae*, tendo como principal acervo os textos em grego e latim pertencentes à História Antiga.

É possível encontrar com frequência compêndios oitocentistas que veiculam discussões a respeito da História Sagrada. Nesse sentido, a obra de Seignobos se propõe a romper com essa tradição. Ao excluir a teoria do Criação e fazer poucas referências a Jesus Cristo em sua periodização, o *Compendio de História da Civilização*, já em seu início, procura demonstrar os primeiros passos da humanidade e todos os aspectos que constituíam o período pré-histórico. Traz uma visão pautada em estudos concluídos ou em andamento, que nos permite ter uma dimensão (ainda que eurocêntrica, uma vez dentro das possibilidades do momento) das discussões científicas que se buscava transmitir para as gerações mais jovens.

Para nós, o fato de a obra ter sido estruturada dessa forma (em tópicos, pouco texto, imagens, questões (na edição francesa analisada), demonstra a preocupação de Seignobos com a metodologia do ensino. Mesmo com significativas mudanças entre as publicações resumidas e a versão na íntegra, fica evidente que o autor compreendia o perfil do público-alvo para cada tipo de

obra. Além disso, o projeto gráfico, aliando textos e figuras, algo até então pouco usual, certamente chamava a atenção e contribuía para a venda de exemplares. O mapeamento realizado demonstrou, por sua vez, a presença do compêndio em diversas regiões do País. Ainda que o tema da Pré-História causasse tensionamento com a inteligibilidade da história humana compartilhada pela maioria da população, isso não foi motivo para a circulação da obra.

Referências

1. Documentais

Jornais, periódicos e revistas

A FEDERAÇÃO: orgam do partido republicano. Rio Grande do Sul, 1884-1937. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20188&pesq=seignobos&pagfis=4965>. Acesso em: 14 ago. 2024.

A ORDEM. Rio de Janeiro, 1929-1976. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/A-Ordem/367729>. Acesso em 14 ago. 2024.

DIÁRIO DA MANHÃ: órgão do partido constructor. Espírito Santo, 1908-1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=572748&pagfis=0>. Acesso em 14 ago. 2024.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Pará, 1868-1892. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-belem/222402>. Acesso em 14 ago. 2024

DIÁRIO OFICIAL. Amazonas, 1866-1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164992&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.br&pagfis=0>. Acesso em 14 ago. 2024

ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma. Pará, [s.d.] Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/440054>. Acesso em 14 ago. 2024

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1875-1879. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>. Acesso em: 14 ago. 2024

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1890-1899. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=0. Acesso em: 14 ago. 2024

JORNAL DO RECIFE. Pernambuco, 1858-1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&hf=memoria.bn.br>.

Acesso em: 14 ago.2024

O GLOBO: Jornal Diario. Maranhão, 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=160708&hf=memoria.bn.br>. Acesso em: 14 ago. 2024

O MALHO. Rio de Janeiro, 1902-1953. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/O-malho/116300>. Acesso em: 14 ago. 2024
ORGAM OFFICIAL DOS PODERES DO ESTADO. Minas Gerais, 1889-1891. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/estado-minas/766208>. Acesso em: 14 ago. 2024

O PAIZ. Rio de Janeiro, 1884-1930. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>. Acesso em: 14 ago. 2024

2. Bibliográficas

BARNABÉ, L. E. **A História Antiga em compêndios franceses e brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II ou o caso Justiniano José da Rocha: história, disciplina escolar e impressos (1820-1865)**. 2019. 222 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

BITTENCOURT, C. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAGANÇA, A. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. **I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial e Colóquio do Sesquicentenário: Francisco Alves na história editorial brasileira**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Universidade Federal Fluminense, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/6474590/I_Semin%C3%A1rio_Brasileiro_sobre_Livro_e_Hist%C3%B3ria_Editorial. Acesso em: 26 set. 2024.

BRUTER, A. Les créations successives de l'enseignement de l'histoire au cours du premier XIX^e siècle. In: CASPARD, P.; LUC, J. N.; SAVOIE, P. (dir.), **Lycées, lycéens, lycéennes, deux siècles d'histoire**. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 2005. p. 177-197. (Bibliothèque de l'Histoire de l'Education, 28). Disponível em: http://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2005_act_28_1_9250. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRUTER, A. L'enseignement de l'histoire nationale à école primaire avant a la III République. **Histoire de L'Education**. p. 11-32, avril, 2010. Disponível em: <http://histoire-education.revues.org/2147>. Acesso em: 11 ago. 2024.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, A.; BASTOS; M. H. C. (trad.). O Manual Escolar: uma falsa evidên-

cia histórica. **História da Educação**. ASPHE; FaE; UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29026>. Acesso em: 14 ago. 2024.

DURAES, S. J. Aprendendo a ser professor através da Revista Pedagógica (1890-1896). **Caminhos da História**, v. 18, n. 1, p. 123-142, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3279>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FAGAN, B. **Uma breve história da arqueologia**. São Paulo: L & MP editores, 2018.

FARIAS JÚNIOR, J. P. **História Antiga**: trajetórias, abordagens e metodologias de ensino. Uberlândia: Ed. Navegando, 2020.

GASPARELLO, A. M. Uma pedagogia histórica: caminhos para uma história da disciplina escolar. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 105-125, jan./abr., 2011.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. **Politeia - História e Sociedade**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3935>. Acesso em: 13 ago. 2024.

GUARINELLO, N. L. **História Antiga**. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

GUERRA, L. G.; BARNABÉ, L. E. (2023). A escrita da Pré-História em compêndios escolares de História no Brasil: o caso João Ribeiro (1892). **Revista História Hoje**, 12 (24). Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v12i24.994>. Acesso em: 26 set. 2024

SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SEIGNOBOS, C. **Abrégé de l'histoire de la civilisation depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours**. França: G. Masson, 1887.

SEIGNOBOS, C. **Histoire de la Civilisation: dans l'antiquité jusqu'au temps de charlemagne**. França: G. Masson, 1905.

SEIGNOBOS, C.; COHEN, D. A. (trad.). **Compendio de história da Civilização**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1910.

SEIGNOBOS, C.; COHEN, D. A. (trad.). **Compendio de História da Civilização**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TRIGGER, B. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.